



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS PROF. DR SÉRGIO JACINTHO LEONOR
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO- HABILITAÇÃO EM ARTES
VISUAIS E MÚSICA**

JOZELY LOURENÇO DOS SANTOS

**TRANSPORTE ESCOLAR: GARANTIA DE ACESSO E CIDADANIA AOS
ALUNOS(AS) DA ESCOLA ESTADUAL BRIGADEIRO FELIPE**

ARRAIAS- To
2024

JOZELY LOURENÇO DOS SANTOS

**TRANSPORTE ESCOLAR: GARANTIA DE ACESSO E CIDADANIA AOS
ALUNOS(AS) DA ESCOLA ESTADUAL BRIGADEIRO FELIPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música da Universidade Federal do Tocantins/ Câmpus Universitário Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo. Área: Códigos e Linguagens: Artes Visuais e Música.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Silvia Adriane Tavares de Moura

ARRAIAS/ TO
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- L892t Lourenço dos Santos, Jozeli.
Transporte escolar: garantia de acesso e cidadania aos alunos(as) da Escola Estadual Brigadeiro Felipe. / Jozeli Lourenço dos Santos. – Arraias, TO, 2025.
45 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Arraias - Curso de Educação do Campo, 2025.
Orientadora : Silva Adriane Tavares de Moura.
1. Transporte Escolar. 2. Acesso e permanência na escola. 3. Educação do Campo. 4. Políticas Públicas. I. Título

CDD 370.91734

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JOZELY LOURENÇO DOS SANTOS

**TRANSPORTE ESCOLAR: GARANTIA DE ACESSO E CIDADANIA AOS
ALUNOS(AS) DA ESCOLA ESTADUAL BRIGADEIRO FELIPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música da Universidade Federal do Tocantins/ Câmpus Universitário Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo. Área: Códigos e Linguagens. Habilitação: Artes Visuais e Música.

Defendida e aprovada em: 14/05/2024

Banca examinadora formada pelos professores:

Documento assinado digitalmente
 **SILVIA ADRIANE TAVARES DE MOURA**
Data: 19/06/2024 10:16:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Silvia Adriane Tavares de Moura – Orientadora – UFT

Documento assinado digitalmente
 **SUZE DA SILVA SALES**
Data: 13/06/2024 12:06:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Doutora Suze da Silva Sales (Membro Interno)

Documento assinado digitalmente
 **BRUNO HENRIQUE DETOMAZI ALMEIDA**
Data: 18/06/2024 19:46:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Bruno Henrique Detomazi Almeida (Membro Externo-SEMED-TO)

Dedico à minha mãe, Elmira Lourenço, pelo conjunto de valores que construiu em nossa família: verdade, fé, amor, educação, honestidade, ética e postura.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me conduzido até aqui, pois sem Ele nada disso teria acontecido.

À minha família, pelo apoio e companheirismo.

A minha professora orientadora, Suze Sales, pelas oportunidades, ensinamentos, maestria e dedicação... Me orgulho de ser sua orientada, obrigada por tudo.

Aos demais professores(as), técnicos e colegas da Universidade Federal do Tocantins.

Quando se pensar transporte escolar rural, destaca-se que a garantia desse serviço foi uma grande conquista e avanço para os sujeitos do campo, proporcionando muitos benefícios, porém, ainda há muitos desafios a serem vencidos. Deve-se pensar que ele existe para os usuários, em primeiro lugar, portanto, há sempre o que melhorar. (Gularte e Medeiros, 2024).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender o funcionamento do transporte escolar no município de Arraias/TO, com foco específico nos alunos da Escola Estadual Brigadeiro Felipe. Parte-se do entendimento de que o direito à educação de qualidade é fundamental e deve ser garantido a todas as crianças e jovens, incluindo aqueles que vivem no meio rural. Durante o estágio supervisionado, observou-se que a escola recebia um número significativo de alunos provenientes das áreas rurais, que dependiam do transporte escolar para frequentar as aulas. Nesse contexto, alguns professores apontaram que o deslocamento prolongado poderia ser um fator determinante para os baixos níveis de aprendizagem desses estudantes. Esse apontamento motivou a investigação de aspectos relacionados à dinâmica do transporte escolar, tais como tempo de permanência nos veículos, distâncias percorridas, horários de embarque e desembarque, qualidade e segurança oferecidas, entre outros fatores. Metodologicamente, o estudo baseou-se em revisão bibliográfica fundamentada em autores e normativas relevantes, incluindo Molina (2005), Arroyo, Caldart e Molina (2004) e documentos legais como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e resoluções específicas para a Educação do Campo (BRASIL, 2008). Além disso, foi realizado um estudo de caso na referida escola, com a aplicação de questionários para obtenção de informações essenciais sobre a influência do transporte na aprendizagem dos alunos. Os questionários foram respondidos tanto pelos estudantes quanto pela equipe pedagógica da instituição. Os resultados evidenciaram diversos desafios enfrentados pelos alunos no acesso à educação, incluindo problemas estruturais no transporte, longas jornadas de deslocamento e impactos negativos no desempenho acadêmico. A análise reforça a necessidade de ações mais efetivas por parte do poder público, com avaliações constantes das políticas educacionais voltadas para a Educação do Campo. O transporte escolar, nesse contexto, assume um papel crucial, pois, sem ele, grande parte desses estudantes não teria condições de frequentar a escola, comprometendo seu direito à educação.

Palavras-chave: Transporte Escolar; Acesso e Permanência na Escola; Educação do Campo; Alunos do Campo; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study aims to understand how school transportation operates in the municipality of Arraias/TO, with a specific focus on students from Escola Estadual Brigadeiro Felipe. It is based on the understanding that the right to quality education is fundamental and must be guaranteed for all children and young people, including those living in rural areas. During supervised fieldwork, it was observed that the school received a significant number of students from rural areas who depended on school transportation to attend classes. In this context, some teachers pointed out that the long commute could be a determining factor in the low levels of academic achievement among these students. This observation led to an investigation into various aspects of school transportation, such as the time spent in vehicles, distances traveled, boarding and drop-off schedules, the quality and safety of transportation, among other factors. Methodologically, the study was based on a literature review supported by relevant authors and regulations, including Molina (2005), Arroyo, Caldart, and Molina (2004), as well as legal documents such as the Federal Constitution (BRASIL, 1988), the National Education Guidelines and Framework Law (BRASIL, 1996), and specific resolutions for Rural Education (BRASIL, 2008). Additionally, a case study was conducted at the aforementioned school, in which questionnaires were administered to gather essential information about how transportation impacts students' learning. The questionnaires were answered by both students and the school's pedagogical team. The results highlighted several challenges faced by students in accessing education, including structural problems with transportation, long commuting times, and negative effects on academic performance. The analysis reinforces the need for more effective government actions, with continuous evaluations of educational policies for Rural Education. In this context, school transportation plays a crucial role, as without it, many of these students would not be able to attend school, compromising their right to education.

Keywords: School Transportation; Access and Retention in School; Rural Education; Rural Students; Public Policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comunidades de moradia dos alunos.....	28-29
Quadro 2 – Forma de deslocamento dos alunos até o ponto que embarcam no transporte.....	29
Quadro 3 – Horário de e saída da residência do aluno ao ponto de transporte.....	29-30
Quadro 4 – Horário de chegada do aluno à residência após a escola.....	30
Quadro 5 – Quilometragem percorrida pelo aluno até a escola.....	30-31
Quadro 6 – Quantidade da alimentação escolar para alunos que utilizam o transporte.....	31
Quadro 7 – Presença de pessoa auxiliar para o motorista do transporte escolar.....	32
Quadro 8 – Condições físicas do transporte escolar para atendimento ao conforto e bem-estar dos alunos.....	32
Quadro 9 – Sugestões dos alunos para melhoria do transporte escolar.....	33
Quadro 10- Avaliação sobre a influência do transporte escolar sobre o desenvolvimento dos alunos que utilizam o transporte escolar.....	33-34
Quadro 11- Consideração sobre a pertinência da quantidade de alimentação para sanar as necessidades de alunos que utilizam transporte escolar.....	34-35
Quadro 12- Avaliação sobre o estado de conservação, segurança e conforto do transporte ofertado aos(às) seus(as) aluno(as).....	36
Quadro 13- Sugestões a fazer em relação à escola e ao transporte ofertado aos(às) seus(as) aluno(as).....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E TRANSPORTE ESOLAR	13
2.1 Educação do Campo	14
2.2 Transporte Escolar	18
2.2.1 Quando acontece nucleação de escolas intracampo e quando se pode deslocar alunos para o espaço urbano.....	23
2.2.2 Tempo de Permanência No Transporte.....	24
2.2.3 Transporte escolar e Aprendizagem.....	25
2.2.4 Desafios do Transporte Escolar.....	26
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
3.1 Respostas aos questionários aplicados aos alunos da Estadual Brigadeiro Felipe, do município de Arraias	28
3.2 Respostas aos questionários da equipe pedagógicos da E.E. Brigadeiro Felipe em relação ao transporte escolar	33
3.3 Discussões	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERENCIAS	42
APÊNDICES	44
Apêndice I – Questionário aplicado para alunos.....	44
Apêndice II – Questionário aplicado para equipe pedagógica da escola.....	45

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos semestres de Estágio Curricular Supervisionado, nos anos de 2019 a 2020, houve a percepção de que, tratando-se do transporte escolar ofertado aos(as) alunos(as), este se constitui num tema de grande valia, especialmente em momentos onde o ensino público é apontado, tanto por indicadores de avaliação, como os resultados do Prova Brasil ou Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), quanto pelo senso comum de pais e membros da comunidade escolar, como de qualidade insatisfatória. Entende-se que, o direito fundamental à educação, e educação de qualidade, no Brasil, é assegurado pela Constituição vigente, que data de 1988, o que se estende às crianças e jovens do campo.

Nesse intervalo, também houve o conhecimento da tese de doutorado de Suze da Silva Sales, orientadora inicial deste trabalho, intitulada "Política de formação de professores: análise da institucionalização do curso de educação do campo da Universidade Federal do Tocantins – campus de Arraias", foi defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

O estudo examina o processo de implementação do curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Arraias, com o objetivo de compreender os fatores e agentes envolvidos na institucionalização desse curso, bem como os desafios e avanços relacionados à formação de professores para atuarem em contextos rurais.

Suze da Silva Sales destaca a importância de políticas públicas direcionadas à formação docente no campo, analisando como iniciativas governamentais e movimentos sociais influenciaram a criação e consolidação do curso na UFT. A autora também aborda a relevância de currículos contextualizados que atendam às especificidades das comunidades rurais, promovendo uma educação que valorize os saberes locais e contribua para o desenvolvimento sustentável dessas regiões.

A pesquisa contribui para o entendimento das dinâmicas institucionais e pedagógicas envolvidas na formação de professores para a Educação do Campo, oferecendo resultados para a formulação de políticas educacionais mais eficazes e inclusivas, dentre elas, a questão do transporte escolar.

No que se refere à efetividade do transporte escolar é, em muitos casos, a única alternativa dos alunos residentes no campo para acesso à escola e ao processo de ensino/aprendizagem no espaço formal. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa foi o de compreender como ocorre o transporte escolar no município de Arraias/TO, mais especificamente, dos alunos da Escola Estadual Brigadeiro Felipe.

A partir do estágio supervisionado, observou-se que a escola recebia alunos advindos do meio rural, através do transporte escolar. Nesse sentido, alguns professores, à época, apontaram esse deslocamento como causador de baixos níveis de aprendizagem, o que despertou o interesse em investigar aspectos relativos à dinâmica do transporte, como o tempo de permanência nos veículos, as distâncias percorridas, os horários de embarque e desembarque, a qualidade e segurança ofertados, dentre outros.

Metodologicamente, o trabalho apresenta revisão de bibliografia, baseada em autores e entes federativos como Molina (2005), Arroyo, Caldart e Molina (2004), Brasil (1988, 1996, 2008) e outros. Em seguida, o texto apresenta o estudo de caso, de base qualitativa e quantitativa, realizado na escola já citada que buscou, através da aplicação de questionários, informações importantes na busca pelo entendimento de como o transporte impacta a aprendizagem dos alunos. Foram aplicados e recebidos questionários respondidos por alunos e equipe pedagógica da escola.

Assim, a primeira parte do trabalho buscou trazer um estudo sobre as ações públicas acerca da Educação do Campo e do transporte escolar no Brasil para atender a essa modalidade. Logo após, apresentam-se os resultados da pesquisa de campo e sua análise. As respostas aos questionários foram tratadas e apontadas em quadros, para melhor ilustração da fala de alunos e membros da equipe pedagógica da escola.

Com base no que foi desenvolvido, pode-se dizer que o transporte escolar é um direito garantido por lei e não um favor político. Enquanto o transporte dos alunos(as) for assegurado e estiver em pleno funcionamento, tudo aponta para um melhor resultado sobre a frequência dos estudantes e melhor aproveitamento do ensino aprendizagem. No entanto, há muito o que melhorar na oferta dessa garantia legal.

Como resultado, averiguou-se que há vários problemas e dificuldades enfrentadas por estes estudantes em sua luta pelo acesso à educação e que ainda são necessárias ações, decisões e avaliações das políticas públicas para Educação do Campo, tendo em vista que o transporte escolar desempenha um papel primordial, pois sem ele a maioria destes alunos(as) não consegue chegar às suas respectivas escolas.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E TRANSPORTE ESOLAR

2.1 Educação do Campo

A Educação do Campo é um paradigma educacional que têm diversas referências pedagógicas, como a Pedagogia da Alternância, que envolve um processo formativo fundamentado na alternância de tempos, de saberes e de espaços entre tempo Universidade e tempo comunidade, (CALDART, 2012). É a educação formal oferecida à população do campo. Para Caldart, autora da obra *Pedagogia do Movimento Sem Terra* (2004), a educação do campo pode ser compreendida, mais amplamente, como fenômeno social constituído por aspectos culturais, políticos e econômicos.

Antes de tudo é necessário buscar a conceituação adequada do termo Educação do Campo, pois se sabe que se contrapõe a expressão Escola Rural. Sabe-se que essa conceituação foi concebida no contexto da Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em 1998. 62996350478

E a partir de então o campo passou a ser visto como um novo espaço de vida, que não se resume a dicotomia urbano/rural, mas que respeita as especificidades sociais, étnicas, culturais, ambientais de seus sujeitos garantindo o direito a uma educação do campo, assegurando a possibilidade de as pessoas serem educadas no lugar onde vivem, sendo participantes ativos no processo de construção da própria ação educativa, buscando, saldar a enorme dívida do poder público em relação ao direito dos povos do campo”, reconhecido nos marcos normativos propostos pelo governo Federal para a Educação do Campo, entre os quais se destacam as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das escolas do Campo. (BRASIL, 2012, P.4).

A Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Publicada pelo Conselho Nacional de Educação, essa resolução estabelece orientações específicas para o desenvolvimento da Educação Básica voltada às populações rurais, considerando suas características culturais, sociais e econômicas.

O principal objetivo da resolução é garantir o direito à educação para as populações do campo com qualidade social e equidade, promovendo a valorização das identidades e especificidades do meio rural. Seus princípios incluem:

1. Reconhecimento da diversidade: Considera as especificidades culturais, sociais e econômicas das populações do campo, valorizando seus saberes e práticas tradicionais.

2. Educação contextualizada: Propõe um currículo adaptado à realidade do campo, que articule os conhecimentos escolares com as experiências e vivências dos alunos.
3. Garantia de acesso e permanência: Busca assegurar condições adequadas para o acesso e permanência dos estudantes nas escolas do campo, promovendo a inclusão educacional.
4. Participação comunitária: Incentiva a gestão democrática, com a participação das comunidades locais na definição e implementação das políticas educacionais.

A resolução define que a Educação Básica nas Escolas do Campo deve:

- Ser organizada de forma flexível, considerando o calendário agrícola e as condições de vida das populações rurais.
- Oferecer formação inicial e continuada para educadores do campo, respeitando suas especificidades.
- Assegurar infraestrutura adequada, incluindo transporte escolar, alimentação e recursos pedagógicos apropriados para a realidade do campo.
- Promover práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade social, cultural e econômica das comunidades rurais.

A aplicação das diretrizes estabelecidas deve ser acompanhada por órgãos responsáveis, visando garantir que as escolas do campo proporcionem uma educação de qualidade e inclusiva.

A Resolução CNE/CEB nº 1/2002 é um importante marco normativo para a consolidação da Educação Básica no meio rural. Ao propor diretrizes específicas para o atendimento das escolas do campo, busca promover uma educação mais justa e adequada às realidades das populações rurais brasileiras.

A fundamentação do presente documento é coerente com os marcos conceituais, normativos, nacionais e distritais, apresentados no primeiro capítulo. O Plano Distrital de Educação-PDE, em sua meta 8, assegura.

[...] 8.35- Garantir ampla participação dos povos do campo, incluindo o fórum permanente de educação do campo, na proposição no acompanhamento e na avaliação das políticas educacionais do campo, reconhecendo suas formas de organizacional popular e sindical. 8.36-Reconhcer o fórum permanente da educação do campo com instrumento de debate, de formulação de preposições, de construção e acompanhamento e avaliação de políticas públicas da educação, tendo a participação das instituições e dos órgãos dos sistemas de ensino governamentais dos movimentos sociais e populares, das entidades sindicais da educação das comunidades escolares e outros.

Entende-se que os temas relativos às abordagens teóricas e metodologias previstas para a Educação do Campo devem ser ressaltados com destaque para a proposta de realização do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental por meio do qual se pretende: conhecer o lugar em que a unidade escolar (UE) se insere.

Compreender as relações sociais e ecológicas que envolvem as comunidades (escolar e local) bem as possíveis influências das mesmas comunidades em uma área de abrangência maior, além de fornecer subsídios para a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das unidades escolares do campo, de maneira coerente com as necessidades e características, de maneira coerente com as necessidades e características de seus sujeitos.

Vemos que esse documento contempla formas de organização curricular e do trabalho pedagógico, enfatizando a relevância da gestão democrática da coordenação pedagógica, do conselho de classe, estratégias pedagógicas e de transição entre etapas, modalidades entre campo e cidade, lembrando as características contexto, avaliação, considerando sua conceituação, procedimentos, instrumentos e formas de registro; apresentação de algumas possibilidades como projetos e programas de formação continuada específica para a educação do campo.

Dessa forma educação do campo fundamenta-se em abordagens e práticas pedagógicas desenvolvidas na educação escolar, por meio de um currículo que concebe a aprendizagem como parte de um processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos articulados a dimensão empírica da vida e da cultura dos sujeitos do campo, tendo respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), onde define a educação escolar como um cidadão e um dever do estado.

Observa-se que a Lei Federal nº 9394/96 estabelece as Diretrizes e Bases da educação Nacional chancela a determinação constitucional do transporte escolar prestado pelo poder público, como garantia de acesso e permanência do aluno na escola.

Dessa forma a Lei Federal n. 10.709/2003, que alterou a LDB, acrescentando os incisos acima, disciplinou ainda no seu art.3 que caberá aos estados articular-se com os respectivos municípios, para promover o transporte escolar de forma que melhor atenda os interesses dos alunos(as), no sentido de considerar o campo como espaço heterogêneo fez com que o pronunciamento das entidades presentes no seminário nacional de Educação Rural e Desenvolvimento local sustentável destacando a diversidade econômica, em função do engajamento das famílias em atividades agrícolas e não agrícolas (pluriatividade).

Visando isso a presença de fecundos movimentos sociais multicultural idade, as demandas por educação básica e dinâmica que se estabelece no campo com os meios de

comunicação e a cultura letrada. Sendo assim a câmara da educação básica atende que o presente parecer, além de efetivar o que foi prescrito na lei, atende demandas da sociedade, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de propostas pedagógicas contemplando a mencionada diversidade em todas as suas dimensões.

Diante desse contexto ressalta a importância dos movimentos sociais, dos Conselhos Estaduais de Educação CONSED, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação –UNDIME, das Universidades das Ongs e dos demais setores que engajados em projetos direcionados para o desenvolvimento socialmente justo no espaço diverso e multicultural do campo, confirmam a pertinência e apresentam contribuições para formulação destas diretrizes.

Sabe-se que a Educação do Campo é garantida por lei, não deve ser tratada como inclusão na zona rural, mas deve ser respeitada como integrante do processo educacional. Pode-se ressaltar ela é um campo de habilidades, através de suas ações, a comunidade local poderá desenvolver um crescimento social e econômico. De acordo com o Parecer N. 36/2001 do Conselho Nacional de Educação/MEC, educação do campo foi tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, ultrapassando, assim, a visão restrita de antes e acolhe, em si, espaços e povos diversos, como os pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas.

Nesse sentido o campo, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social como também com as realizações da sociedade humana.

Trata-se que a compreensão de campo não se identifica com o tom de nostalgia de um passado rural, de abundância e felicidade que perpassa parte da literatura, posição que subestima a evidencia de conflitos que mobilizam as forças econômicas sociais e políticas em torno da posse da terra no país.

Outra característica da Educação do Campo está na utilização da Pedagogia da Alternância. Compreende-se que a Pedagogia da Alternância é uma proposta educativa voltada para o homem do campo tendo seus pilares, o desenvolvimento do meio e a formação integral do educando. Dessa forma, conta com várias ferramentas pedagógicas orquestrada em um plano de formação entendido como reflexo de um circuito integrado do promover constante troca de conhecimento entre seu ambiente de vida, trabalho e escolar, sendo um método, busca a interação entre o estudante que reside no campo e a realidade vivenciada em seu cotidiano sendo vista como uma matriz teórica e metodológica em construção. Por isso, as suas bases conceituais, princípios, mediações pedagógicas e metodológicas articulam tempos, espaços e saberes da escola e Universidade, família e comunidade.

Isso de dá em razão da realidade social tomada como algo basilar, das relações e articulações entre os distintos saberes, teoria e prática, entre trabalho e educação , entre saber popular e saber científico , facilitando o acesso e permanência pelos estudantes na qualidade de aprendizado na educação básica e na educação superior.

Como resultado de uma diversidade de experiências educacionais e políticas públicas o qual assumem a pedagogia da alternância como um dos eixos de suas propostas de formação, como os cursos financiados pelo programa nacional de Educação na reforma Agrária (PRONERA) os cursos de Pedagogia da Terra que forma inspirados na Pedagogia da Alternância, como também Licenciatura em Educação do Campo e as Licenciaturas Interculturais indígenas.

Essas experiências abarcam a Educação Básica e a Educação Superior em redes públicas e privadas daí emergiram expressões como tempo escola, Tempo Universidade e Tempo Comunidade. Isto porque a Pedagogia da Alternância se efetiva se fortalece por meio da relação escola –família –comunidade-sociedade.

2.2 Transporte Escolar

Ao se referir ao transporte escolar, não há como deixar de mencionar o processo de nucleação das escolas rurais, que se configura em reunir várias escolas, dentro de um determinado território rural, em uma única instituição, o núcleo. Investigando esse ponto, foi importante a leitura da dissertação de mestrado de Sales (2007), intitulada "A educação rural brasileira: limites e possibilidades do processo de nucleação em Patos de Minas, MG (1990-2002)".

O estudo teve como objetivo principal historiar as políticas públicas destinadas à educação rural no Brasil, com foco específico no município de Patos de Minas, Minas Gerais, durante o período de 1990 a 2002. A autora analisa o contexto econômico, político e social que moldou o setor rural brasileiro ao longo do século XX, buscando compreender como essas políticas foram implementadas e quais foram seus impactos nas comunidades rurais

Um dos pontos centrais da pesquisa é a análise do processo de nucleação das escolas rurais em Patos de Minas. A nucleação refere-se à reorganização das escolas rurais, concentrando alunos de diversas pequenas escolas em unidades maiores e centralizadas. Embora essa estratégia tenha sido apresentada como uma inovação educacional, Sales (2007) argumenta que sua implementação ocorreu sem a participação efetiva das comunidades rurais,

incluindo sindicatos de trabalhadores e produtores rurais, resultando em transformações estruturais que atenderam a interesses específicos em detrimento de outros.

A pesquisa destacou a importância de se considerar as especificidades culturais, sociais e econômicas das populações rurais na formulação e implementação de políticas educacionais. Sales (2007) enfatiza que, para promover uma educação de qualidade no campo, é fundamental envolver as comunidades locais no processo decisório, garantindo que suas necessidades e perspectivas sejam atendidas.

Essa dissertação contribui para o campo da educação rural ao fornecer uma análise crítica das políticas públicas e ao evidenciar os desafios e possibilidades inerentes ao processo de nucleação escolar. O trabalho de Sales (2007) oferece dados importantes para pesquisadores e formuladores de políticas e educadores interessados em promover uma educação mais inclusiva e eficazes em áreas rurais do Brasil.

Nessa esteira de ações para viabilizar a malha de transporte demandada pela nucleação, é aprovada a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, estabelece diretrizes complementares para a organização e desenvolvimento de políticas públicas voltadas à Educação Básica do Campo. Essa resolução foi instituída pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) e tem como objetivo principal assegurar o direito à educação de qualidade para as populações do campo, respeitando suas especificidades e contribuindo para a construção de uma sociedade justa e democrática.

A referida resolução é fundamentada em princípios como a equidade, justiça social, diversidade e respeito às especificidades das comunidades rurais. A Educação Básica do Campo deve promover o desenvolvimento integral dos estudantes, considerando suas realidades culturais, sociais, econômicas e ambientais.

Entre as diretrizes apresentadas, destacam-se:

1. Garantia de acesso e permanência: Deve-se assegurar o acesso e a permanência dos estudantes do campo na educação básica, com qualidade socialmente referenciada.
2. Currículo contextualizado: A proposta curricular deve ser flexível e adaptada às especificidades do campo, valorizando os saberes locais e promovendo a integração entre os conhecimentos científicos e tradicionais.
3. Formação de professores: Devem ser implementadas políticas específicas de formação inicial e continuada para educadores do campo, garantindo a qualificação adequada e o respeito às suas identidades culturais.

4. Gestão democrática e participativa: As políticas educacionais para o campo devem ser desenvolvidas com a participação ativa das comunidades, considerando suas demandas e propostas.
5. Infraestrutura adequada: É fundamental garantir infraestrutura adequada para o atendimento educacional no campo, incluindo transporte, alimentação escolar e recursos pedagógicos apropriados.

A resolução estabelece que a implementação das políticas para a Educação Básica do Campo deve ser acompanhada e monitorada por órgãos competentes, garantindo que os princípios e diretrizes estabelecidos sejam efetivamente aplicados.

A Resolução nº 2/2008 é um marco importante para o reconhecimento das especificidades da Educação Básica do Campo e para a garantia do direito à educação de qualidade para todos. Ao promover políticas educacionais contextualizadas e participativas, busca-se contribuir para o desenvolvimento sustentável e inclusivo das populações rurais brasileiras.

Na busca significativa sobre a colocação do transporte escolar na história da educação, nota-se que os evidentes atos de legalidade e acessibilidade de ações governamentais, ou melhor, das chamadas política pública do transporte escolar, que se deu a partir da Constituição Federal de 1988, aponta que os caminhos percorridos no processo da constituição dos direitos sociais, dentre eles, o direito à Educação e, em consequência, ao transporte escolar, correram como parte da historicidade do direito á educação.

O transporte escolar é uma linha de crédito concedida Pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a aquisição, pelos Estados e Municípios, de automóveis: ônibus, micro-ônibus e mini ônibus, bicicletas, motocicletas e de embarcações novas, com a função de transportar crianças e jovens estudantes de suas localidades às escolas e fornecido normalmente por um autocarro de pequena ou média dimensão normalmente de cor amarela, laranja ou branca.

Nesse trabalho, entende-se que “as políticas públicas do transporte escolar se comportam como ações que buscam a superação resultantes das desigualdades dentro e fora do contexto escolar”. (MOLINA, 2005, p.10). Em outras palavras, políticas que são desenvolvidas pelo Estado, no âmbito dos entes Federal, Estadual e Municipal, atendendo demandas que provém de determinados setores da sociedade. Sendo assim é possível dizer que as políticas públicas do transporte podem assegurar a garantia dos direitos já conquistados para que os

alunos(as) do campo tenham acesso e permaneçam nas escolas, tanto no meio urbano quanto no rural.

A partir da Constituição Federal de 1988, compreende-se que tudo deu início ao pensar na parceria educação e transporte escolar, de acordo com o que traz o artigo 208, ou seja, a educação como dever do Estado, por meio dos programas suplementares, visa assegurar o atendimento a esse direito.

Art. 208 o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: Educação básica obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade assegurando inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiverem acesso na idade própria. II-progressista universalização do ensino médio gratuito (BRASIL, 1988).

Percebe-se que Constituição Federal de 1988 assegura o educando da escola pública o direito ao acesso, que para os estudantes do campo, posteriormente, foi efetivado via transporte escolar, fato este que se ampliou com o massivo processo de fechamento de escolas no campo. O fechamento das escolas agravou a exclusão de alunos camponeses.

Nesta caminhada, frente aos direitos educacionais, começaram a surgir bases legais que contribuem, diretamente e indiretamente, para a efetiva ação do transporte escolar o que atribui necessariamente como possíveis caminhos para se chegar aos programas que dispõem e assistem de ações que verbalizam o transporte escolar.

Miranda (2016) trata o transporte como uma garantia de cesso a cidadania, enfatizando ser este um dos mais importantes fatores que envolvem a temática. Conforme o tempo passa, mais áreas distantes dos centros dos municípios são urbanizados, além dos que residem em área rural, tornando o transporte público escolar um item muito importante no processo de aprendizagem, pois possibilita até os alunos(as) em áreas mais difíceis de acesso a chegada em suas respectivas escolas.

Já Silva e Yamashita (2010) focam seus estudos para a questão do transporte escolar proporcionar a igualdade e equidade prevista por lei. O transporte escolar proporcionou o tratamento justo e igual entre os alunos(as) de todas as áreas do município, dando a oportunidade e acesso a educação a todos sem distinção.

Segundo Buchmann e Hannum (2001) as consequências desses registros influenciam na formação dos indivíduos e é um fator decisivo, tanto na reprodução das desigualdades existentes quanto na possibilidade de mobilidade social. Diante do exposto este trabalho é um estudo das características de acesso, por meio do transporte escolar dos alunos(as) residentes em áreas rurais e suas implicações no rendimento escolar.

Acredita-se que os impactos causados devido ao longo deslocamento podem afetar de forma negativa no aprendizado desses alunos(as). Para Silva (2009),

Esses impactos podem ser provocados pelo cansaço devido à caminhada por longos trajetos, tanto de casa para o embarque no transporte, como do embarque ao desembarque na escola ou proximidade dela, bem como por fatores relacionados à fadiga e indisposição devido aos aspectos relacionados ao desconforto da viagem dentro do veículo escolar. (SILVA, 2009, p.3).

Ao considerar as dificuldades que os moradores da área rural têm em se deslocar de uma área rural para outra, fica evidente a importância do transporte no dia a dia. A falta de estradas adequadas para se locomover em quantidade suficiente em condições, pois tem trazido muitos transtornos para os discentes rurais com baixa qualidade no processo de ensino e aprendizagem e evasão escolar.

Portanto, reconhecer a identidade e as necessidades das escolas do campo, considerar a identidade cultural das pessoas que vivem no campo, valorizar e quantificar os profissionais que trabalham nessas escolas, bem como avaliar as condições do transporte escolar é o primeiro passo em direção as perspectivas de sucesso para estreitar as relações entre discentes e docentes, como o respeito e com objetivos voltados para melhor a qualidade do ensino e da aprendizagem.

O que se pode ver que alguns docentes reconhecem apenas a diferença de tratamento entre aluno e professor, porém as diferenças não se limitam à questão de tratamento, ou seja, é preciso que os professores considerem as características particulares, inclusive no contexto dos conteúdos das disciplinas o que poderia melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem na área rural.

O emprego de diferentes metodologias também poderia proporcionar melhorias no processo de assimilação dos conteúdos pelos alunos(as). Nessa perspectiva, o maior desafio imposto dos docentes, pesquisadores e responsáveis pelas políticas públicas da educação do campo tem sido problematizar as diferentes experiências sociais, poderiam impulsionar novas reflexões para o atendimento das especialidades das escolas rurais, dessa área específica da educação e dos seus atores e sujeitos.

Arroyo, Caldart e Molina (2004, p.15) apontam para que “a escola do campo deve fazer do seu povo e dos processos de formação o ponto de partida para a formulação das políticas educacionais a garantir o caráter popular o lugar, articulando um projeto de país e de campo.

2.2.1 Quando acontece nucleação de escolas intracampo e quando se pode deslocar alunos para o espaço urbano

O processo de nucleação se dá por meio do uso intensivo do transporte escolar por meio do deslocamento dos alunos(as) e suas comunidades para as escolas com maiores números de pessoas, onde a estes são lotados em classes de acordo com sua faixa etária. Sendo assim conclui-se que o lastramento da nucleação ocorreu pelo fato de se tornar uma forma variável deste modelo, do ponto de vista financeiro, de minimizar os problemas estruturais ao qual passavam e ainda passam as escolas do meio rural.

Dessa forma como representante do poder público municipal, a escola foi distanciada das diversas comunidades nas quais estavam implantadas. De acordo os argumentos políticos pedagógicos, defende-se que a melhoria no processo educativo é decorrente das aulas em classes multisseriadas e das melhorias nas condições materiais das escolas nucleadas, comparadas a história precariedade das escolas multisseriadas que consiste no fechamento das escolas rurais, isoladas de uma determinada região, com transferências dos respectivos alunos(as) para a escola polo ou nucleada localizada no meio urbano.

Nota-se que o processo de nucleação no Brasil, iniciou na década de 90, quando as reformas educacionais na educação básica induzida pela LDB 9.394/96, priorizaram o Ensino Fundamental com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e o fortalecimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Ao estabelecerem critérios para a transferência dos recursos financeiros as escolas públicas do ensino fundamental estimularam a municipalização do mesmo, processo que determinou por resultar no fechamento de várias escolas multisseriadas. Sendo assim os estudantes das unidades desativadas foram então nucleados em centros urbanos e escolas maiores.

Percebendo as críticas feitas ao processo de nucleação denunciam o distanciamento da escola núcleo das comunidades de origem de seus alunos(as) e de suas respectivas famílias, além dos riscos desgastes de longas viagens realizadas em estradas de acesso precário acesso que implicam para os alunos(as). Indica-se que a política de nucleação contribui ao desenraizamento cultural dos alunos(as) do campo, tanto por deslocar para longe das comunidades de origem como por oferecer um modelo de educação urbano, alheio ao seu cotidiano.

Os principais críticos a esse modelo no Brasil, constituem o movimento por uma Educação do Campo, grupo esse que defende as salas multisseriadas como uma solução viável e desejável para o campo. Sendo assim surge dessa vertente, proposições de uma escola do campo em que está situada que identifique com os valores e as necessidades próprias do campo, que seja uma escola do campo e para o campo. (ARROYO; KOLLIN GNERI; MOLINA, 1999).

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo (BRASIL, 2004) representam, um importante documento que norteia a implementação de políticas públicas para a educação na zona rural, enfatizando que ela deve ocorrer nas comunidades distanciando-se do princípio de nucleação. Art.6- o poder público, no exercício das suas atribuições com o atendimento escolar tornando-se a luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionando educação infantil e o ensino fundamental, nas comunidades rurais, para aqueles que não conseguiram concluir na idade prevista, em especial cabe-se ao Estado garantir as condições necessárias para o acesso ao ensino médio e a educação profissional de nível técnico.

2.2.2 Tempo de Permanência no Transporte

Percebe-se que as condições normais o tempo máximo de viagem entre o ponto de embarque e a escola deve ser de 45 minutos (PEGORETTI, 2005), não sendo recomendado mais que uma hora (GUIMARÃES, 2004), em um percurso ida e volta, totalizando duas horas diárias de tolerância no transporte escolar.

Dessa forma muitos pais não tem tempo suficiente para acompanhar seus filhos em suas atividades, com a correria do dia a dia, deixando-os sob as responsabilidades dos funcionários do transporte escolares. Devido a esse problema muitos adolescentes e crianças se sintam sem ânimo para ir à escola, pois além de acordar muito cedo é permanecer muito tempo o que acarreta no desgaste e no cansaço dos alunos(as) e, conseqüentemente, influência no seu rendimento escolar.

Para minimizar esse problema é necessário um plano pedagógico de ensino mais atrativo que retrate a realidade dos alunos(as) do campo, sendo necessário um melhor planejamento das rotas de transporte rural para que assim minimize esse problema.

2.2.3 Transporte escolar e Aprendizagem

O presente trabalho tem como objetivo apontar as dificuldades de acessibilidade dos alunos(as) e professores às escolas rurais da cidade de Arraias, situada no Estado do Tocantins, e as consequências que traz aos alunos(as) e professores que estudam e trabalham. É importante reconhecer a real necessidade do transporte escolar para que possa facilitar o acesso e aprendizagem dos alunos(as) que vivem no campo, fortalecendo sua identidade campestre e cultural das pessoas que residem e constroem suas histórias de vida.

Portanto, valorizar o acesso às escolas rurais é reconhecer as especificidades da educação do campo, de acordo com o que está descrito neste estudo, em relação à sua cultura e o seu aprendizado é necessário que o aluno da zona rural seja visto com olhares diferenciados em relação à sua cultura e o seu aprendizado.

O estudo "O transporte escolar e sua influência no aprendizado do aluno do campo", de autoria de Freitas e Battezzati, (2011) analisa as dificuldades de acessibilidade enfrentadas por alunos e professores das escolas rurais em Ortigueira, Paraná, e as consequências dessas dificuldades no processo educacional.

O principal objetivo do estudo é identificar os desafios relacionados ao transporte escolar no meio rural de Ortigueira e compreender como esses desafios afetam o acesso e a aprendizagem dos alunos, bem como o trabalho dos professores que atuam nessas escolas.

O estudo destaca que as dificuldades de acesso às escolas rurais, devido às más condições das estradas e à inadequação dos veículos de transporte, impactam negativamente a frequência e o desempenho dos alunos. Além disso, ressalta a importância de reconhecer as especificidades da educação do campo e de valorizar a identidade cultural das comunidades rurais no processo educacional.

A pesquisa de Freitas e Battezzati (2011) contribui para o debate sobre a necessidade de políticas públicas que garantam um transporte escolar adequado no meio rural, essencial para assegurar o direito à educação e promover a equidade educacional entre alunos do campo e da cidade.

O estudo evidencia que a melhoria das condições de transporte escolar é fundamental para o sucesso educacional dos alunos do campo, reforçando a necessidade de investimentos em infraestrutura e políticas específicas para atender às particularidades das comunidades rurais.

2.2.4 Desafios do Transporte Escolar

Apesar de sua importância, o transporte escolar no campo e deste para as áreas urbanas, enfrenta diversos desafios que afetam a qualidade da educação escolarizada. Entre os principais problemas, destacam-se:

1. Más Condições das Estradas Rurais

- Muitas estradas em áreas rurais não são pavimentadas, tornando-se intransitáveis em períodos chuvosos. Isso resulta em atrasos, suspensão do transporte e até mesmo acidentes, prejudicando a regularidade das aulas.

2. Veículos Inadequados e Falta de Manutenção

- Em muitas regiões, os veículos utilizados para o transporte escolar são antigos e inadequados para percorrer estradas de terra, o que aumenta os riscos de quebras e acidentes. Além disso, a falta de manutenção regular compromete a segurança dos alunos.

3. Longas Distâncias e Tempo de Deslocamento Excessivo

- Em alguns casos, os alunos passam horas no transporte escolar, o que compromete seu tempo de estudo e lazer. Deslocamentos muito longos podem afetar o desempenho acadêmico, pois os estudantes chegam cansados à escola e retornam exaustos para casa.

4. Número Insuficiente de Veículos e Motoristas

- A escassez de ônibus escolares e de profissionais qualificados para conduzi-los é outro problema recorrente. Isso pode levar à superlotação dos veículos, dificultando o conforto e a segurança dos alunos.

5. Baixo Investimento e Gestão Ineficiente

- Em muitos municípios, há falta de recursos para a manutenção da frota e para a ampliação do serviço. Além disso, a má gestão do transporte escolar pode resultar em atrasos nos repasses financeiros, prejudicando a oferta regular do serviço.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar as respostas referentes aos questionários aplicados aos alunos do campo e colaboradores da Escola Estadual Brigadeiro Felipe, em Arraias-To. Conclui-se que a metodologia utilizada para desenvolver o presente trabalho envolveu a busca de dados de modo a ter uma visão da atual qualidade do transporte público escolar no município. Para tal, a coleta de dados assim como a análise do atual quadro será fundamentada de acordo com a metodologia a ser descrita e detalhada, para melhor compreensão dos resultados obtidos.

Devido a relevância do assunto em questão e suas implicações relativas tanto ao rendimento escolar, como a necessidade de procurar uma igualdade mediante a qualidade do transporte público, foi desenvolvida a pesquisa aplicada. O problema em si e a necessidade de uma solução justifica este tipo de pesquisa escolhida. Pretende-se avaliar a qualidade dos transportes públicos em Arraias, utilizados pelos alunos do ensino fundamental e médio.

Através de um questionário aplicado aos alunos e colaboradores da escola, totalizando 13 pessoas entrevistadas, sobre a acessibilidade, horário, segurança, distância, escolaridade, alimentação, ajudantes, transporte, relação transporte/escola e idade.

Dessa forma, a pesquisa busca responder como o transporte escolar influencia no ensino e aprendizado dos alunos da Escola Estadual Brigadeiro Felipe, do município de Arraias. Com a relevância do assunto em questão e as suas implicações referentes ao rendimento escolar, assim como a necessidade de buscar uma igualdade mediante a qualidade do serviço prestado pelo município, no quesito transporte público, optou-se por uma pesquisa descritiva, onde a mesma será baseada em análise e coleta de dados evitando assim conclusões pessoais. Assim os dados qualitativos são os resultados da pesquisa quantitativa que expressam as opiniões dos alunos que utilizam os meios de transporte.

3.1 Respostas aos questionários aplicados aos alunos da Estadual Brigadeiro Felipe, do município de Arraias

Quadro 1 – Comunidades de moradia dos alunos

Alunos da E.E. Brigadeiro Felipe Arraias/TO	Respostas
Aluno 1	Entrada da Barrinha no caminho de Conceição
Aluno 2	Fazenda Olho d' Água
Aluno 3	Fazenda Soledade

Aluno 4	Fazenda Passagem Funda
Aluno 5	Fazenda Niterói
Aluno 6	Fazenda Umbaúba
Aluno 7	Fazenda Lamparina
Aluno8	Fazenda Soledade

Fonte: Questionários aplicados pela aluna pesquisadora em fevereiro de 2024.

O quadro acima apresenta a diversidade de localidades de residência dos alunos, o que corrobora a importância do transporte público, de qualidade, condizentes com as dificuldades de tais estradas, em sua maioria sob responsabilidade do poder executivo municipal.

Quadro 2 – Forma de deslocamento dos alunos até o ponto que embarcam no transporte

Alunos da E.E. Brigadeiro Felipe Arraias/TO	Respostas
Aluno 1	Vai a pé até a cancela
Aluno 2	A pé, o ponto é próximo à casa
Aluno 3	A pé até o ponto
Aluno 4	Transporte passa na porta de casa
Aluno 5	Transporte passa na porta de casa
Aluno 6	De carro próprio
Aluno 7	A pé até o ponto
Aluno8	A pé até o ponto

Fonte: Questionários aplicados pela aluna pesquisadora em fevereiro de 2024.

Quando se refere a forma do deslocamento dos alunos de casa até o ponto de embarque, considera-se que 62,5% vão a pé até o ponto de embarque, 12,5 vão de carro e, apenas 25% conseguem embarcar no transporte escolar na porta de suas casas. O impacto de tal situação será melhor compreendido nos quadros a seguir.

Quadro 3 – Horário de e saída da residência do aluno ao ponto de transporte

Alunos da E.E. Brigadeiro Felipe Arraias/TO	Respostas
Aluno 1	5h da manhã
Aluno 2	3h30m da manhã
Aluno 3	4h da manhã
Aluno 4	3h da manhã
Aluno 5	6h20m da manhã
Aluno 6	4h30m da manhã
Aluno 7	4h20m da manhã

Aluno 8	5h30m da manhã
---------	----------------

Fonte: Questionários aplicados pela aluna pesquisadora em fevereiro de 2024.

Ao observar os horários de saída de cada aluno de suas residências até o ponto de embarque, percebe-se que há aluno saindo às 3h30m da manhã, apontando quanto esforço está sendo investido para o acesso à educação escolarizada, direito subjetivo desses sujeitos. É fundamental compreender que, estes são os horários que os alunos saem de casa, não os horários em que eles efetivamente se levantam, o que possivelmente agrava a qualidade do sono e descanso, ocasionando, muitas vezes, em fadiga e cansaço, o que pode impactar no rendimento escolar desses alunos.

Quadro 4 – Horário de chegada do aluno à residência após a escola

Alunos da E.E. Brigadeiro Felipe Arraias/TO	Respostas
Aluno 1	15h40m da tarde
Aluno 2	14h45m da tarde
Aluno 3	14h30m da tarde
Aluno 4	15h15m da tarde
Aluno 5	12h20m da tarde
Aluno 6	13h30m da tarde
Aluno 7	13h30m da tarde
Aluno 8	12h30m da tarde

Fonte: Questionários aplicados pela aluna pesquisadora em fevereiro de 2024.

Quando se refere à chegada de cada aluno em suas residências, após as aulas, que finalizam às 11h15m, percebe-se que o primeiro discente chega às 12h 30m da tarde, sendo que o último chega somente 15h40m da tarde, totalizando um trajeto extremamente longo. Comparando os quadros 3 e 4, percebe-se que há alunos ausentando-se quase 12 horas de suas moradias para frequentarem a escola. Esta é uma situação preocupante e que deveria ser revista pelas autoridades competentes.

Autoridades do Estado e município deveriam ter uma visão mais abrangente, revendo a necessidade de criar uma escola próximo a esses alunos para que pudessem amenizar os desgastes causado pelo tempo despendido com o transporte escolar.

Quadro 5 – Quilometragem percorrida pelo aluno até a escola

Alunos da E.E. Brigadeiro Felipe	Respostas
----------------------------------	-----------

Arraias/TO	
Aluno 1	50 km
Aluno 2	70 km
Aluno 3	55 km
Aluno 4	75 km
Aluno 5	7 km a pé
Aluno 6	80 km
Aluno 7	50 km
Aluno 8	35 km

Fonte: Questionários aplicados pela aluna pesquisadora em fevereiro de 2024.

Ao analisar as distâncias percorridas por estes alunos, de suas casas até a escola, observa-se que são trajetórias que variam de 7 a 80km, sendo jornadas de grande desconforto durante o percurso da escola até as suas casas onde moram. Essa situação desenraíza os jovens de suas respectivas comunidades, privando as famílias de membros ativos e que poderiam ser mais ativos e produtores em atividades relacionadas às famílias.

Quadro 6 – Quantidade da alimentação escolar para alunos que utilizam o transporte

Alunos da E.E. Brigadeiro Felipe Arraias/TO	Respostas
Aluno 1	Sim, considera suficiente
Aluno 2	Não é suficiente
Aluno 3	Não é suficiente
Aluno 4	Sim, considera suficiente
Aluno 5	Não é suficiente
Aluno 6	Não é suficiente
Aluno 7	Não é suficiente
Aluno 8	Sim, considera suficiente

Fonte: Questionários aplicados pela aluna pesquisadora em fevereiro de 2024.

É importante integrar a Educação Alimentar e Nutricional à Educação do Campo, destacando como essa relação pode melhorar a saúde, o bem-estar e o rendimento escolar dos alunos das zonas rurais. Embora ainda haja desafios significativos, como a capacitação de educadores e a adequação da infraestrutura escolar, as práticas de integração da agricultura familiar e a valorização dos saberes locais emergem como estratégias fundamentais para avançar na promoção de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis nas escolas do campo.

Quadro 7 – Presença de pessoa auxiliar para o motorista do transporte escolar

Alunos da E.E. Brigadeiro Felipe Arraias/TO	Respostas
Aluno 1	Não há.
Aluno 2	Há auxiliar
Aluno 3	Não há.
Aluno 4	Há auxiliar
Aluno 5	Não há.
Aluno 6	Não há.
Aluno 7	Não há.
Aluno 8	Não há.

Fonte: Questionários aplicados pela aluna pesquisadora em fevereiro de 2024.

Apenas um aluno afirmou haver presença de monitor para auxiliar o motorista do transporte escolar. Essa situação é preocupante tendo em vista que a atenção do motorista deve estar, incondicionalmente, no trânsito. Questão outras, como discussões no transporte, a travessia de alunos em relação a outros pedestres, presença de porteiros ou similares, animais nas estradas, visibilidade em pontos cegos, faz a presença de outra pessoa, além do motorista, para assegurar total segurança.

Quadro 8 – Condições físicas do transporte escolar para atendimento ao conforto e bem-estar dos alunos

Alunos da E.E. Brigadeiro Felipe Arraias/TO	Respostas
Aluno 1	“Não tem cinto de segurança e nem ar condicionado”.
Aluno 2	“É seguro ter cinto e ar condicionado”.
Aluno 3	“Não é confortável”.
Aluno 4	“Não tem cinto de segurança, não tem revisão no transporte, o teto está quase caindo em cima de nós”.
Aluno 5	“A qualidade dos ônibus não é boa, não tem cinto e não tem ar condicionado”.
Aluno 6	“Não é confortável”.
Aluno 7	“Não é confortável”.
Aluno 8	“Não é confortável”.

Fonte: Questionários aplicados pela aluna pesquisadora em fevereiro de 2024.

Observa-se que, ao abordar o estado e conservação dos ônibus escolares, 80% dos alunos entrevistados responderam que não são confortáveis, pois não possuem cinto de segurança ou ar condicionado. Segundo eles, não é feita a revisão do transporte e, por isso, se

encontram em péssimas condições. Apenas 20% desses alunos disseram que o transporte escolar é seguro e que possui cinto de segurança e tem ar condicionado.

Quadro 9 – Sugestões dos alunos para melhoria do transporte escolar

Alunos da E.E. Brigadeiro Felipe Arraias/TO	Respostas
Aluno 1	Não respondeu.
Aluno 2	Garantir bancos confortáveis, ter cortinas, ar condicionado e arrumar os ônibus que quebram algumas vezes.
Aluno 3	Servir lanche na hora de sair da escola.
Aluno 4	Precisa ter ferramentas, pneus, se caso quebrar, para motorista tentar consertar, que colocar ônibus novos porque esses são velhos e não tem segurança.
Aluno 5	Poderiam melhorar os lanches para as pessoas da fazenda que moram longe. O transporte, poderia colocar ônibus novos, pois os que nós utilizamos não tem em segurança.
Aluno 6	Melhorar o ônibus e mais um horário de lanche na escola.
Aluno 7	Melhorar, de forma geral.
Aluno 8	Não respondeu.

Fonte: Questionários aplicados pela aluna pesquisadora em fevereiro de 2024.

Diante das sugestões dos alunos para a melhoria do transporte escolar, eles sugeriram a garantia de transportes mais seguros e confortáveis a necessidade de meios de transporte novos indica que há uma frota com nível de desgaste considerável.

Mais uma vez, as instâncias federais, estaduais e municipais, as quais são responsáveis, reafirma-se, são responsáveis pelas políticas de Transporte Escolar, necessitam fiscalizar constantemente a estrutura desses automóveis, bem como a qualidade dos serviços prestados, em caso de contratação de terceiros.

3.2 Respostas aos questionários da equipe pedagógicos da E.E. Brigadeiro Felipe em relação ao transporte escolar

Quadro 10- Avaliação sobre a influência do transporte escolar sobre o desenvolvimento dos alunos que que utilizam o transporte escolar

Equipe pedagógica da E.E. Brigadeiro Felipe Arraias/TO	Respostas
Colaborador 1	O transporte escolar tem influência significativa no desenvolvimento dos alunos, especialmente os que moram em área rural. Um transporte escolar seguro pode garantir ao estudante a oportunidade de frequentar a escola de

	forma regular, sendo essencial e fundamental para seu desenvolvimento escolar e social. Já os alunos residentes na sede do município, a diferença está na necessidade de deslocamento. Os alunos da cidade têm facilidade maior para ter acesso à escola, já os alunos da zona rural enfrentam desafios adicionais como longos tempos de viagem.
Colaborador 2	O transporte é muito importante no processo educacional, não há diferença entre alunos da zona rural e os da cidade
Colaborador 3	Os alunos residentes têm maior acessibilidade
Colaborador 4	Não respondeu
Colaborador 5	Em questão de avaliação e entregas de atividades se eles faltarem por causa de transporte.

Fonte: Questionários aplicados pela aluna pesquisadora em fevereiro de 2024.

Ao analisar as respostas, é possível perceber que o transporte influencia a aprendizagem, o que vem sendo defendido neste trabalho. Os pontos de vista dos educadores colaboradores apontam a influência no acesso, na frequência, no enfrentamento às grandes distâncias percorridas e até na entrega de atividades.

Outro ponto relevante é a pontualidade e a disposição dos estudantes para o aprendizado. Se o transporte funciona adequadamente, os alunos chegam à escola no horário certo e em boas condições físicas e emocionais para acompanhar as aulas. Por outro lado, longos trajetos em veículos desconfortáveis ou inseguros podem gerar fadiga, prejudicando o rendimento escolar.

A ausência de boas condições no transporte escolar pode gerar graves consequências para os alunos e para o sistema educacional. Entre os principais problemas estão:

- Evasão escolar: estudantes podem desistir da escola devido à dificuldade de acesso.
- Baixo desempenho acadêmico: longos trajetos, falta de conforto e cansaço prejudicam a aprendizagem.
- Insegurança: veículos inadequados e estradas ruins aumentam o risco de acidentes.
- Desigualdade educacional: alunos de áreas rurais enfrentam mais dificuldades do que os das áreas urbanas, ampliando as desigualdades no ensino.

Quadro 11- Consideração sobre a pertinência da quantidade de alimentação para sanar as necessidades de alunos que utilizam transporte escolar

Equipe pedagógica da E.E. Brigadeiro Felipe Arraias/TO	Respostas
Colaborador 1	Existem duas clientes distintas para essa pergunta. A 1º é com relação aos alunos que moram na cidade, no meu ponto de vista a alimentação que recebe é suficiente, uma

	vez que o tempo que passa na escola é menor. Já os alunos da zona rural, acredito eu, que precisavam de um programa de fortalecimento alimentar antes mesmo de iniciar as atividades escolares.
Colaborador 2	Não é suficiente a alimentação, porque é apenas um lanche.
Colaborador 3	Insuficiente pois a maioria dos estudantes que usam o transporte escolar demora muito tempo para chegar em casa e o lanche se torna a única refeição no período matutino e vespertino.
Colaborador 4	Esses estudantes deveriam ter lanche quando chegassem na escola.
Colaborador 5	Não é suficiente. Porque eles deveriam receber três refeições (entrada, recreio e saída)

Fonte: Questionários aplicados pela aluna pesquisadora em fevereiro de 2024.

O artigo "A educação alimentar e nutricional na educação do campo: análises a partir de pesquisas e práticas ", de Divino, Moreira e Pereira (2023), apresenta uma análise relevante sobre a interseção entre a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e a Educação do Campo, utilizando como base as pesquisas e práticas documentadas nos anais dos seminários especializados sobre o tema.

O artigo destaca como a Educação Alimentar e Nutricional é fundamental para fortalecer as práticas pedagógicas no campo, uma vez que contribui para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis, que são essenciais para a saúde e o desempenho escolar dos alunos.

As práticas alimentares no campo são altamente influenciadas pela agricultura familiar, e o artigo sugere que integrar essa produção local na alimentação escolar pode ser uma estratégia eficaz para promover a EAN.

Os autores Divino, Moreira e Pereira (2023), apresentam como desafios à alimentação de alunos do campo:

- Infraestrutura inadequada: Um dos desafios identificados no estudo é a falta de infraestrutura nas escolas do campo, o que dificulta a implementação de práticas alimentares saudáveis.
- Capacitação de professores: Outro desafio é a necessidade de formação contínua dos educadores, para que possam integrar a educação alimentar no currículo escolar de maneira eficaz e contextualizada, levando em conta as especificidades das comunidades rurais.

- Políticas públicas: A pesquisa também aponta que, apesar de políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ainda há lacunas nas ações implementadas, especialmente nas áreas rurais.

Na visão de Divino, Moreira e Pereira (2023), há experiências bem-sucedidas na área de alimentação, tais como:

- O artigo compartilha exemplos de práticas bem-sucedidas de escolas que, com o apoio da agricultura familiar, conseguiram diversificar a alimentação escolar, proporcionando aos alunos alimentos frescos, nutritivos e alinhados à cultura local.
- Essas experiências demonstram como a sustentabilidade e a valorização da produção local podem ser aliadas na promoção da EAN, promovendo a segurança alimentar e nutricional nas escolas do campo.

O estudo de Divino, Moreira e Pereira (2023), contribui para o debate sobre a educação no campo, enfatizando a necessidade de integrar a Educação Alimentar e Nutricional nas práticas pedagógicas e políticas educacionais. A pesquisa revela que, para promover uma educação mais justa e saudável para os estudantes rurais, é essencial envolver a comunidade escolar, os educadores e as políticas públicas em ações colaborativas que priorizem a sustentabilidade alimentar e a valorização dos saberes locais.

Quadro 12- Avaliação sobre o estado de conservação, segurança e conforto do transporte ofertado aos(às) seus(as) aluno(as)

Equipe pedagógica da E.E. Brigadeiro Felipe Arraias/TO	Respostas
Colaborador 1	Pelo o que entendemos sobre o transporte escolar acredito que as condições sejam seguras, lembramos que a grande maioria dos ônibus existentes no município vem de programas do governo federal. Sabemos também que esse tipo de transporte agrega princípios básicos de segurança, como cinto de segurança e outros acessórios que facilitam o conforto dos estudantes.
Colaborador 2	O transporte é o que o estado tem a oferecer.
Colaborador 3	No que se refere ao conforto dos estudantes no transporte escolar considera insatisfatório.
Colaborador 4	Não respondeu.
Colaborador 5	Não sei dizer.

Fonte: Questionários aplicados pela aluna pesquisadora em fevereiro de 2024.

Para que esse serviço cumpra sua função de maneira eficiente, é fundamental que haja boas condições de infraestrutura, veículos adequados e gestão eficiente. Quando essas condições não são atendidas, os alunos enfrentam dificuldades que podem comprometer sua frequência escolar, seu aprendizado e até sua segurança.

O transporte escolar de qualidade não se resume apenas ao deslocamento dos alunos até a escola. Ele representa um fator determinante para o direito à educação, assegurando que todas as crianças e adolescentes tenham a oportunidade de frequentar as aulas regularmente. Além disso, um serviço eficiente contribui para a redução da evasão escolar, pois evita que alunos desistam dos estudos devido a dificuldades no trajeto diário.

Quadro 13- Sugestões a fazer em relação à escola e ao transporte ofertado aos(às) seus(as) aluno(as)

Equipe pedagógica da E.E. Brigadeiro Felipe Arraias/TO	Respostas
Colaborador 1	Precisamos sempre dar sugestões para melhorar nosso transporte escolar, com exemplo organizar as rotas, de forma que o aluno não precise acordar tão cedo para chegar à escola. Temos que respeitar o tempo exigido para dormir e descansar o corpo pra vida escolar.
Colaborador 2	Isso é dever do Estado ofertar o transporte para os alunos.
Colaborador 3	Que sejam ofertadas uma refeição aos estudantes ao término ou início das aulas.
Colaborador 4	Melhores estradas
Colaborador 5	Que o transporte se adeque a realidade escolar do aluno. E não ao aluno do transporte.

Fonte: Questionários aplicados pela aluna pesquisadora em fevereiro de 2024.

A administração pública deve planejar e destinar recursos suficientes para a manutenção do transporte escolar, garantindo a renovação da frota, a capacitação dos profissionais e a melhoria das rotas. Políticas públicas bem estruturadas e fiscalização rigorosa são fundamentais para a qualidade do serviço.

O transporte escolar deve ser planejado para atender a todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas. Isso significa a necessidade de veículos adaptados para estudantes com deficiência, assegurando a inclusão e o direito à educação para todos.

Garantir boas condições para o transporte escolar é essencial para promover a inclusão e a equidade na educação. Investir em infraestrutura, renovação da frota e capacitação de

motoristas não é apenas uma questão logística, mas uma necessidade para assegurar o direito fundamental à educação. A qualidade desse serviço tem impacto direto no rendimento dos alunos, na redução da evasão escolar e na construção de um futuro melhor para crianças e adolescentes. Portanto, governos e comunidades devem trabalhar juntos para garantir um transporte escolar seguro, eficiente e acessível para todos.

3.3 Discussões

Desse modo foram feitos os seguintes questionamentos. Foi perguntado aos alunos se a alimentação escolar é suficiente para suprir a sua carência alimentar até chegar em sua residência. Muitos alunos alegaram que o lanche não é suficiente, fazendo assim com que dificulte ainda mais o seu processo de aprendizagem.

Também foi entrevistado ao colaborador a respeito da opinião acerca do lanche, ele respondeu que:

Os alunos da zona rural, acredito eu, que precisavam de um programa de fortalecimento alimentar antes mesmo de iniciar as atividades escolares.

Desse modo, percebe-se o olhar empático do professor, deixando ainda mais evidente a necessidade de melhorias.

Em seguida foi perguntado aos alunos sobre a qualidade do transporte, um dos entrevistados respondeu;

A qualidade dos ônibus não são bons. Não tem cinto e não tem ar condicionado.

Foi questionado também ao colaborador a respeito da sua opinião referente a qualidade do transporte, ele respondeu que:

Pelo o que entendemos sobre o transporte escolar acredito que as condições sejam seguras, lembramos que a grande maioria dos ônibus existentes no município vem de programas do governo federal. Sabemos também que esse tipo de transporte agrega princípios básicos de segurança, como cinto de segurança e outros acessórios que facilitam o conforto dos estudantes

Percebe-se que há divergências entre a resposta dos alunos e do colaborador, visto que uma grande parcela dos alunos entrevistados, alegaram que a qualidade e segurança deixam a desejar.

O artigo "Educação do campo e transporte escolar: uma simbiose necessária", de autoria de Lima (2023, et al.), aborda a inter-relação entre a educação no campo e o transporte escolar no Brasil. Os autores destacam que, embora o país tenha promovido avanços no cenário educacional, ainda persistem desafios significativos relacionados ao acesso e à qualidade da educação nas áreas rurais.

A pesquisa, de caráter documental, apresentada no artigo, evidencia que o transporte escolar é um componente essencial para garantir o direito à educação das populações rurais. A falta ou inadequação desse serviço pode resultar em altos índices de evasão escolar, comprometendo o desenvolvimento educacional e social dessas comunidades. Nesse contexto, os autores ressaltam a importância de políticas públicas eficazes que integrem o transporte escolar como parte fundamental da estratégia educacional no campo.

Um exemplo de iniciativa governamental voltada para essa questão é o programa "Caminho da Escola", criado em 2007 pelo Governo Federal. O programa tem como objetivo renovar a frota de veículos escolares, garantindo transportes adequados e seguros para os estudantes da educação básica residentes em áreas rurais. Além de ônibus e micro-ônibus, o programa inclui a distribuição de bicicletas e embarcações fluviais, adaptando-se às diversas realidades geográficas do país.

No entanto, apesar de iniciativas como o "Caminho da Escola", Lima (2023, et al.) argumentam que ainda há lacunas significativas na implementação de políticas que atendam plenamente às necessidades das comunidades rurais. Eles enfatizam a necessidade de um planejamento integrado que considere as especificidades locais, garantindo não apenas o acesso físico às escolas, mas também a permanência e o sucesso dos alunos no ambiente escolar. Os autores chamam a atenção para a urgência de políticas públicas que reconheçam e atendam às particularidades dessas comunidades, promovendo uma educação inclusiva e de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à educação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, e o transporte escolar desempenha um papel fundamental nesse processo, especialmente no contexto da educação do campo. Ele assegura que crianças e adolescentes possam frequentar a escola regularmente, reduzindo os índices de evasão escolar. Além disso, possibilita a inclusão social e a equidade educacional, uma vez que oferece oportunidades para que os estudantes das zonas rurais tenham acesso ao ensino da mesma forma que os alunos das áreas urbanas.

O transporte escolar é um dos principais desafios enfrentados pelos alunos das escolas do campo no Brasil. Para muitos estudantes que vivem em áreas rurais, a única maneira de frequentar a escola é por meio do transporte oferecido pelo governo, pois as longas distâncias entre suas casas e as unidades escolares tornam inviável o deslocamento a pé. No entanto, embora essencial, esse serviço enfrenta diversas dificuldades que impactam diretamente a qualidade da educação no meio rural.

Um transporte escolar eficiente também contribui para a segurança dos alunos, protegendo-os de riscos associados ao deslocamento a pé em estradas perigosas ou mal sinalizadas. Além disso, o tempo de deslocamento, quando otimizado, evita que os estudantes cheguem à escola cansados, o que pode prejudicar seu aprendizado e rendimento escolar.

Para garantir um transporte escolar de qualidade no meio rural, é essencial que os governos invistam em infraestrutura, manutenção da frota e capacitação dos motoristas. Algumas soluções incluem:

- Pavimentação e manutenção das estradas rurais para garantir a segurança e a eficiência do transporte.
- Aquisição de veículos adaptados às condições das vias rurais, proporcionando mais segurança e conforto aos estudantes.
- Fiscalização e manutenção periódica da frota para evitar falhas mecânicas e riscos de acidentes.
- Ampliação da frota e contratação de motoristas capacitados para atender à demanda de forma eficiente.
- Melhor planejamento e gestão dos recursos destinados ao transporte escolar, garantindo sua continuidade e qualidade.

O transporte escolar é essencial para garantir o acesso à educação no campo, mas ainda enfrenta desafios significativos. A precariedade das estradas, a falta de veículos adequados e a

longa duração dos trajetos são alguns dos fatores que impactam negativamente a vida dos estudantes rurais. Para superar esses obstáculos, é necessário um esforço conjunto entre governos, comunidades e instituições de ensino, a fim de promover investimentos e políticas públicas que assegurem um transporte seguro, eficiente e acessível para todos os alunos do campo. Somente assim será possível garantir uma educação de qualidade e reduzir as desigualdades entre os estudantes das zonas rurais e urbanas.

O transporte escolar é essencial para garantir o acesso à educação no campo, mas ainda enfrenta desafios significativos. A precariedade das estradas, a falta de veículos adequados e a longa duração dos trajetos são alguns dos fatores que impactam negativamente a vida dos estudantes rurais. Para superar esses obstáculos, é necessário um esforço conjunto entre governos, comunidades e instituições de ensino, a fim de promover investimentos e políticas públicas que assegurem um transporte seguro, eficiente e acessível para todos os alunos do campo. Somente assim será possível garantir uma educação de qualidade e reduzir as desigualdades entre os estudantes das zonas rurais e urbanas.

Conclui-se que, a pesquisa realizada demonstrou que o processo do transporte disponibilizado pelo poder público, está sendo de grande valia no quesito em atender as necessidades básicas dos alunos, que é o transporte até as escolas. De acordo com o mesmo questionário, é possível notar que em alguns pontos necessitam de melhorias

REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, MG. **Políticas de Formação de Educadores (as) do Campo**. Cadernos CEDES, Campinas. v. 27, n.72, p. 157-176, 2007.

ARROYO, M.G. FERNANDES, B.M.A. **A Educação básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 1999.

ARROYO, Miguel Gonzales. CALDART. Roseli Salet. MOLINA, Mônica Castagna(org) **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, Jussara de. Transporte Escolar, **Brasil Escola**. Disponível em <https://brasilecola.uou.com.br/educação/transporteescolar>. Acesso em 17 de julho de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília. DF. Senado Federal. Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1994. **Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário oficial da União Brasileira, 23 dez, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo**: SECAD, 2004.

BUCHMANN. E e Hannun, E. Education and stratipication in developing countries: a riview of theories and research. Annual review of sociology , volume 27.

DIVINO, Cleide; MOREIRA, Aline; PEREIRA, Viviane Camejo. A educação alimentar e nutricional na educação do campo: análises a partir de pesquisas e práticas nos anais dos seminários de educação do campo. In: **VENPSSAN 2022 – V ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**, 2022, [s.l.]. Anais. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/venpssan2022/487999-a-educacao-alimentar-e-nutricional-na-educacao-do-campo--analises-a-partir-de-pesquisas-e-praticas-nos-anais-dos-/>. Acesso em: 20/01/2025.

FREITAS, Dulceli Pierin de; BATTEZZATI, Silma Cortes da Costa. **O transporte escolar e sua influência no aprendizado do aluno do campo**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação do Campo) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/38494>. Acesso em: 20/01/2025.

LIMA, Flávio Moraes; (et al). **Educação do campo e transporte escolar: uma simbiose necessária**. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 1-12, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/16195>. Acesso em: 20/01/2025.

KOLLING, E.J; Nery j. MOLINA. M.C **Por uma educação básica do campo**. Brasília. Articulação Nacional por uma Educação Básica do campo, 1999.

MIRANDA , Joanita Rodrigues de Souza. **Transporte escolar: Garantia de acesso e cidadania** . Revista Científica multidisciplinar. Núcleo do conhecimento ano1, v.8 setembro, 2016)

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Mais de 4 mil escolas do campo fecham suas portas e 2014. Disponível em : > [http:// www. Mst. Org.br/ 2015/06/24/,ais de 4mil escolas do campo-fecham suas portassem 2014. Htm](http://www.Mst.Org.br/2015/06/24/ais-de-4mil-escolas-do-campo-fecham-suas-portas-em-2014.Htm)> acesso em 18 de jan 2016.

SALES, Suze da Silva. **Política de formação de professores: análise da institucionalização do curso de educação do campo da Universidade Federal do Tocantins – campus de Arraias.** 2018. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

SALES, Suze da Silva. **A educação rural brasileira: limites e possibilidades do processo de nucleação em Patos de Minas, MG (1990-2002).** 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

SILVA, Alan Ricardoda; YAMASHITA, Yaeko. Modelo de distribuição de recursos para o transporte escolar rural a partir dos princípios da igualdade e da equidade. Transportes, v. XVIII. p.88-96, set, 2010.

APÊNDICES

Apêndice I – Questionário aplicado aos alunos

Prezado(a) aluno(a) colaborador(a),

Este questionário se destina à coleta e análise de dados para Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido junto à Universidade Federal do Tocantins, Curso de Graduação em Educação do Campo: Artes Visuais e Música. Não é necessário se identificar.

1. Idade: _____
2. Escolaridade (maior nível completo) _____
3. Qual comunidade/localidade/fazenda você mora?
4. Como você chega até o ponto em que você pega o transporte escolar?
5. Você sabe qual distância fica sua casa do ponto do transporte? Se sim, qual?
6. Que horas você sai de sua casa para pegar o transporte escolar?
7. Que horas você chega em sua casa após a aula?
8. Você sabe quantos quilômetros você anda no transporte escolar? Se sim, quantos?
9. A alimentação que você recebe (come) na escolar é suficiente para você se sentir bem da hora que sai até a hora que chega na escola?
10. O motorista tem pessoa que ajuda no transporte?
11. O que você acha das condições do transporte em que você anda? É seguro, vocês utilizam cinto de segurança, é confortável, tem ar condicionado?
12. Você tem alguma sugestão a fazer em relação à escola e ao transporte?

Apêndice II- Questionário aplicado para equipe pedagógica da escola

Prezado (a) colaborador (a),

Este questionário se destina à coleta e análise de dados para Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido junto à Universidade Federal do Tocantins, Curso de Graduação em Educação do Campo: Artes Visuais e Música. Não é necessário se identificar.

- 1- Cargo/Função: _____
- 2- Idade: _____
- 3- Escolaridade (maior nível completo) _____
- 4- Tempo de serviço na Escola: _____
- 5- Quantos alunos(as) você recebe do meio rural que faz(em) uso do transporte escolar?
- 6- Qual sua avaliação sobre a influência do transporte escolar sobre o desenvolvimento dos(as) alunos(as) que faz(em) uso dele? Há alguma diferença em relação aos(às) seus(as) aluno(as) residentes na sede do município?
- 7- Você considera que alimentação que os(as) alunos(as) recebem na escola é suficiente para o tempo que levam de casa até a escola? Por quê?
- 8- Qual sua avaliação sobre o estado de conservação, segurança e conforto do transporte ofertado aos(às) seus(as) aluno(as) no que se refere a ar condicionado, sinto de segurança, auxiliar de transporte do motorista, conservação?
- 9- Você tem alguma sugestão a fazer em relação à escola e ao transporte ofertado aos(às) seus(as) aluno(as)?